

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2015 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Leste Capixaba do Espírito Santo – Sicoob Leste Capixaba em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br)

1. Política Operacional

Em 2015, o Sicoob Leste Capixaba completou 26 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

2. Nosso Desempenho

2.1) Retornos

	Jan a Dez/2015	% Jan a Dez/2014	D.P. Var.
ROE/ROA			
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio – anualizado	35,60	37,54	-1,94
Retorno sobre Ativo Médio - anualizado	7,55	7,66	-0,11

2.2) Resultado

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		Variação
	Jan a Dez/2015	Jan a Dez/2014	
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	89.600	78.489	14,16
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	29.594	18.919	56,42
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	6.125	3.756	63,07
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	15.244	12.887	18,29
Receitas com Ato Não Cooperativo	2.170	2.134	1,69
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	36.222	36.153	0,19
Despesas tributárias	480	285	68,42
Resultado de Participações e outras receitas operacionais e resultado não operacional	3.354	6.451	-48,01
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	24.025	10.260	134,16
Juros ao Capital	16.358	10.197	60,42
Sobras do exercício	65.031	51.404	26,51

Contribuíram para a evolução do Sobra do exercício de 2015:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 18,29%, o resultado da intermediação financeira aumentou 14,16%, a receita com recuperação de prejuízo cresceu 63,07% e a receitas com ato não cooperativo aumentou 1,69% em relação ao mesmo período de 2014.

Quanto as despesas, o rigor no controle possibilitou que a variação das despesas com pessoal e administrativas, em relação ao mesmo período de 2014, fosse de 0,19%, percentual bem inferior a inflação do período.

Houve um aumento de 134,16% na receita de ingressos de depósito intercooperativos, que são os rendimentos que a Cooperativa recebeu do Sicoob Central ES pela centralização da administração financeira dos recursos.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foi de 42%, 6 pontos percentuais acima do alcançado no exercício de 2014.

Foi pago para os associados em 2015 o valor de R\$ 16.358 mil referente a juros ao capital, que é 60,42% maior do que o pago no exercício anterior.

A Sobra do exercício teve um crescimento significativo de 26,51% em relação ao mes-

mo período de 2014.

2.3) Dados Patrimoniais

	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2015	Jan a Dez/2014	
Balanco Patrimonial	970.282	775.153	25,17
Ativos Totais	235.391	155.259	51,61
Centralização Financeira	728.066	619.400	17,54
Carteira de Crédito	512.388	395.406	29,59
Depósitos	246.161	188.428	30,64
Patrimônio Líquido	246.152	175.667	40,12

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2015

O total de ativos atingiu R\$ 970.282 mil ao final de dezembro de 2015, com crescimento de 25,17% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo da carteira de crédito, atingiu R\$ 728.066 mil, com crescimento de 17,54% em relação a 31 de dezembro de 2014.

Os depósitos obtiveram um aumento de 29,59% considerando o mesmo período de 2014, atingindo no final do exercício de 2015 o montante de R\$ 512.388 mil.

O patrimônio líquido cresceu 30,64% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 246.161 mil.

Em 31/12/2015 a inadimplência acima de 90 dias foi de 2,32%, percentual inferior ao verificado no mercado.

2.3.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Carteira de Crédito	Em Milhares R\$						Variação	
	31/12/2015			31/12/2014			Valor total	% Total
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total		
Crédito Rural	146.953	23.411	170.364	141.830	17.937	159.767	10.597	6,63%
Empréstimos	134.183	341.434	475.617	123.630	274.736	398.366	77.251	19,39%
Títulos descontados	7.473	52.551	60.024	7.608	34.746	42.354	17.670	41,72%
Conta Corrente	8.855	13.207	22.062	7.444	11.469	18.913	3.149	16,65%
Total	297.464	430.603	728.067	280.512	338.888	619.400	108.667	17,54%

3) Pessoas

Contávamos com 183 colaboradores no final do exercício de 2015, desses 95,08% possuem ensino superior e 66,67% com Certificação Profissional ANBINA (CPA). A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 15.160 mil no exercício corrente.

4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidas a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. No exercício de 2015, houve uma concentração de 90,60% nos níveis de risco "AA" a "C".

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração

da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balanços mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 3.849 de 25/03/2010 o Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Bancoob.

No exercício de 2015, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 40 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, as 21 foram classificadas procedentes e todas resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de (quinze) dias, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Linhars – ES, 31 de janeiro de 2016.

Conselho de Administração.

Balanco Patrimonial

em 31/12/2015 e de 2014 (em milhares de R\$)

ATIVO	Nota	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVO	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		690.682	559.040	Circulante		681.655	558.974
Disponibilidades		5.525	7.689	Depósitos	12	512.384	395.406
Títulos e Valores Mobiliários	3	489	1.392	Depósito à Vista		130.418	126.373
Carteira Propria		489	1.392	Depósito Sob Aviso		2.211	2.273
Relações Interfinanceiras	4	235.391	155.259	Depósito a Prazo		379.755	266.760
Centralização Financeira - Cooperativas		235.391	155.259	Relações Interfinanceiras	13.1	134.313	1
Operações de Crédito	5	442.573	391.330	Repasse Interfinanceiros		134.311	-
Empréstimos e Títulos Descontados		357.737	301.257	Correspondentes		2	1
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		138.939	140.521	Relações Interdependências	14	4.743	54
(-) Provisão para Operações de Crédito		(54.103)	(50.448)	Recursos em Trânsito de Terceiros		4.743	54
Outros Créditos	6	4.267	2.491	Obrigações Por Empréstimos e Repasses	13.2	9.353	144.698
Crédito por Avais e Fianças Honorados		172	-	Empréstimo no País - Outras Instituições		9.353	144.698
Rendas a Receber		3.029	1.795	Outras Obrigações		20.862	18.815
Diversos		1.298	710	Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	15.3	245	140
(-) Provisão para Outros Créditos		(232)	(14)	Sociais e Estatutárias	15.1	10.536	7.428
Outros Valores e Bens	7	2.437	879	Fiscais e Previdenciárias	15.2	1.396	2.410
Outros Valores e Bens		2.514	869	Diversas	15.3	8.685	8.837
(-) Provisão para Desvalorizações		(88)	(11)	Não Circulante		42.466	27.751
Despesas Antecipadas		11	21	Exigível a Longo Prazo		39.087	-
Não Circulante		279.600	216.113	Depósitos	12	4	-
Realizável a Longo Prazo		244.740	188.131	Depósito a Prazo		4	-
Títulos e Valores Mobiliários		10.499	7.625	Relações Interfinanceiras	13.1	39.083	-
Carteira Propria	3	10.499	7.625	Repasse Interfinanceiros		39.083	-
Operações de Crédito	5	231.390	177.622	Obrigações Por Empréstimos e Repasses	13.2	-	24.395
Empréstimos e Títulos Descontados		199.966	158.376	Empréstimo no País - Outras Instituições		-	24.395
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		31.424	19.246	Outras Obrigações	15.3 f	3.379	3.356
Outros Créditos	6	2.851	2.884	Diversas		3.379	3.356
Diversos		2.851	2.884	Patrimônio Líquido	17	246.161	188.428
Permanente		34.860	27.982	Capital Social		141.742	106.625
Investimentos	8	26.025	21.106	De Domiciliados No País		142.479	107.022
Participações em Cooperativas		26.025	21.106	(-) Capital a Realizar		(737)	(397)
Imobilizado de Uso	9	8.599	5.009	Reserva de Sobras		78.498	59.647
Imóveis de Uso		4.053	1.374	Sobras Acumuladas		25.921	22.156
Outras Imobilizações e Uso		10.776	7.591	TOTAL		970.282	775.153
(-) Depreciação Acumulada		(6.230)	(3.956)				
Intangível	10	236	297				
Ativos Intangíveis		639	630				
(-) Amortização Acumulada		(403)	(333)				
Diferido	11	-	1.570				
Gastos De Organização e Expansão		70	2.745				
(-) Amortização Acumulada		(70)	(1.175)				
TOTAL		970.282	775.153	TOTAL		970.282	775.153

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Sobras ou Perdas

em 31/12/2015 e de 2014 (em milhares de R\$)

	Nota	2º SEM. 2015	31/12/2015	31/12/2014
Ingressos da Intermediação Financeira		75.207	141.193	110.664
Operações de Crédito		74.511	139.968	108.894
Resultado de Op. com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		696	1.225	1.770
Dispêndios da Intermediação Financeira		(48.391)	(81.187)	(51.094)
Operações de Captação no Mercado		(22.927)	(40.566)	(24.309)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	13.3	(6.142)	(11.027)	(7.866)
Provisão para Operações de Créditos		(19.322)	(29.594)	(18.919)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		26.816	60.006	59.570
Outros Ingressos / Rec. (Dispêndios / Desp.) Operacionais		3.600	6.200	(6.703)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		3.582	6.694	5.471
Rendas (Ingressos) de Tarifas		4.542	8.550	7.416
Dispêndios/Despesas de Pessoal		(7.926)	(15.160)	(14.256)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas		(8.387)	(16.038)	(14.359)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(317)	(480)	(285)
Ingressos de Depósitos Interooperativos		13.474	24.025	10.260
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	20	2.328	3.633	6.588
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	21	(3.696)	(5.024)	(7.538)
Resultado Operacional		30.416	66.206	52.867
Resultado Não Operacional	22	(78)	(279)	(137)
Resultado Antes da Tributação e Participações		30.338	65.927	52.730
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	(490)
Participações nos Resultados de Empregados	15.1	(490)	(896)	(836)
Sobras / Perdas antes das Destinações		29.848	65.031	51.404
Destinações legais e Estatutárias		-	(22.752)	(19.051)
F.A.T.E.S.		-	(3.901)	(2.937)
Reserva Legal		-	(18.851)	(16.114)
Resultado antes do Juros ao Capital		29.848	42.279	32.353
Juros ao Capital	19	(16.358)	(16.358)	(10.197)
Sobras / Perdas Líquidas		13.490	25.921	22.156

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31/12/2015 e de 2014 (em milhares de R\$)

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Especiais		
Saldos em 31/12/13	85.564	(2.123)	43.525	8	13.264	140.238
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Ao Capital	13.231	-	-	-	(13.231)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados	-	-	-	-	(33)	(33)
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	2.855	1.726	-	-	-	4.581
Por Devolução (-)	(3.227)	-	-	-	-	(3.227)
Estorno de Capital	-	-	-	-	-	-
Reversões de Reservas			8	(8)		
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	51.404	51.404
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	(10.197)	(10.197)
Subscrição do Juros ao Capital	10.108	-	-	-	10.108	10.108
IRRF sobre Juros ao Capital	(1.509)	-	-	-	(1.509)	(1.509)
Fates Atos Não Cooperativos					(923)	(923)
Destinação das Sobras do Exercício:						
Fundo de Reserva	-	-	16.114	-	(16.114)	-
F A T E S	-	-	-	-	(2.014)	(2.014)
Saldos em 31/12/14	107.022	(397)	59.647	-	22.156	188.428
Saldos em 31/12/14	107.022	(397)	59.647	-	22.156	188.428
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Ao Capital	22.076	-	-	-	(22.076)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados	-	-	-	-	(80)	(80)
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	5.584	(340)	-	-	-	5.244
Por Devolução (-)	(4.937)	-	-	-	-	(4.937)
Estorno de Capital	(38)	-	-	-	-	(38)
Reversões de Reservas						
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	65.031	65.031
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	(16.358)	(16.358)
Subscrição do Juros ao Capital	16.207	-	-	-	16.207	16.207
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.885)	-	-	-	(2.885)	(2.885)
IRRF sobre Juros ao Capital	(550)	-	-	-	(550)	(550)
Fates Atos Não Cooperativos					(1.545)	(1.545)
Destinação das Sobras do Exercício:						
Fundo de Reserva	-	-	18.851	-	(18.851)	-
F A T E S	-	-	-	-	(2.356)	(2.356)
Saldos em 31/12/15	142.479	(737)	78.498	-	25.921	246.161
Saldos em 30/06/15	128.579	(554)	59.647	-	35.183	222.855
Ajuste de Exercício Anterior						
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	3.032	(183)	-	-	-	2.849
Por Devolução (-)	(1.875)	-	-	-	-	(1.875)
Estorno de Capital	(29)	-	-	-	-	(29)
Reversões de Reservas						
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	29.848	29.848
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	(16.358)	(16.358)
Subscrição do Juros ao Capital	16.207	-	-	-	16.207	16.207
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.885)	-	-	-	(2.885)	(2.885)
IRRF sobre Juros ao Capital	(550)	-	-	-	(550)	(550)
Fates Atos Não Cooperativos					(1.545)	(1.545)
Destinação das Sobras do Exercício:						
Fundo de Reserva	-	-	18.851	-	(18.851)	-
F A T E S	-	-	-	-	(2.356)	(2.356)
Saldos em 31/12/15	142.479	(737)	78.498	-	25.921	246.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

em 31/12/2015 e de 2014 (em milhares de R\$)

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO LESTE CAPIXABA - SICOOB LESTE CAPIXABA - SICOOB LESTE CAPIXABA, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 18/05/1989, filiada à CCC DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL

ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31/12/2015 e de 2014 (em milhares de R\$)

DESCRIÇÃO	2º SEM. 2015	31/12/2015	31/12/2014
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício Antes da Tributação e Participações	30.338	65.927	52.730
IRPJ / CSLL	-	-	(490)
Participações nos Resultados de Empregados	(490)	(896)	(836)
Depreciações e Amortizações	814	1.597	1.403
Provisão de Juros ao Capital	(16.358)	(16.358)	(10.197)
Provisão para perda com operações de crédito	19.322	29.594	18.919
Resultado das baixas por obsolescência do Ativo Imobilizado	12	36	3
	33.638	79.900	61.532
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Titulos e Valores Mobiliários	(1.813)	(1.971)	8.122
Relações Interfinanceiras	(56)	-	-
Operações de Crédito	(79.183)	(134.605)	(111.934)
Outros Créditos	(790)	(1.743)	(1.066)
Outros Valores e Bens	(1.037)	(1.558)	(294)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	(6.255)	4.045	20.859
Depósitos sob Aviso	(24)	(62)	(360)
Depósitos a Prazo	60.254	112.999	76.316
Outros Depósitos	-	-	-
Outras Obrigações	7.171	1.917	3.049
Relações Interfinanceiras	173.396	173.396	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(152.240)	(159.740)	26.218
Relações Interdependências	4.606	4.690	(79)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	37.667	77.268	82.363
Atividades de Investimentos			
Aplicação no Intangível	-	-	(18)
Aplicação no Diferido	-	(78)	(1)
Inversões em Imobilizado de Uso	(2.321)	(3.514)	(1.314)
Inversões em Investimentos	(961)	(4.919)	(4.327)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(3.282)	(8.511)	(5.660)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	2.849	5.244	4.581
Devolução de Capital à Cooperados	(1.875)	(4.937)	(3.227)
Estorno de Capital	-	(38)	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(80)	(33)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-	-	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES	-	-	-
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(1.545)	(1.545)	(923)
FATES Sobras Exercício	(2.356)	(2.356)	(2.014)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	151	151	89
Subscrição do Juros ao Capital	16.207	16.207	10.108
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.885)	(2.885)	-
IRRF sobre Juros ao Capital	(550)	(550)	(1.509)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	9.996	9.211	7.072
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	44.381	77.968	83.775
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	196.535	162.948	79.173
No Fim do Período	240.916	240.916	162.948
Varição Líquida das Disponibilidades	44.381	77.968	83.775

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

em 31/12/2015 e de 2014 (em milhares de R\$)

e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB LESTE CAPIXABA possui 16 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: MARILÂNDIA - ES, COLATINA - ES, SOORETAMA - ES, JAGUARÉ - ES, ARACRUZ - ES, IBIRAÇU - ES, LINHARES - ES, JOÃO NEIVA - ES, FUNDÃO - ES, RIO BANANAL - ES, SERRA - ES

O SICOOB LESTE CAPIXABA tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, no termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Em 11 de março de 2006, ocorreu a transformação do SICOOB LESTE CAPIXABA para entidade de "Livre Admissão de Associados"; aprovada junto ao Banco Central do Brasil - BACEN em 24/10/2006.

1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações contábeis são uniformes em relação aos exercícios apresentados, sendo as possíveis mudanças de critérios ocorridas demonstrada em nota específica. Também foram revisadas e aprovadas pela administração ou pelo Con-

selho de Administração, em sua reunião datada de 15/01/2016.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. - Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subseqüente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009 e CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Resolução CMN nº 1.376/2011.

2. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear.

As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário

Notas Explicativas

em 31/12/2015 e de 2014 (em milhares de R\$)

utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e depósitos bancários	5.525	7.689
Relações interfinanceiras - centralização financeira	235.391	155.259
TOTAL	240.916	162.948

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Diferido

O ativo diferido foi constituído pelas benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente, e classificados nessa conta conforme determinação do COSIF. Esses gastos estão sendo amortizados pelo método linear no período de 05 anos.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.617/2008, devem ser registrados no ativo diferido, exclusivamente, os gastos que contribuirão para o aumento do resultado de mais de um exercício social.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos

da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos (Art. 183 Decreto 3.000/1999). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação (Art. 182 Decreto 3.000/1999).

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2015 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2015

3. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Título De Renda Fixa	10.988	9.017
TOTAL	10.988	9.017

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso tem por objetivo garantir operações firmadas junto ao Bancoob.

4. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Centralização Financeira - Cooperativas	235.391	155.259
TOTAL	235.391	155.259

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2015			31/12/2014
	Circ.	Não Circ.	Total	
Adiantamento a Depositante	2.397	-	2.397	2.209
Empréstimos	263.169	163.816	426.985	336.291
Títulos Descont.	60.021	3	60.024	42.354
Financiamentos	32.150	36.147	68.297	78.779
Financ. Rurais e Agroindustriais	138.939	31.424	170.363	159.767
(-) Prov. p/ Op.de Crédito	54.103	-	54.103	50.448
TOTAL	442.573	231.390	673.963	568.952

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empr / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financ.	Financ. Rurais	Total 31/12 2015	Prov. 31/12 2015	Total 31/12 2014	Prov. 31/12 2014
AA -	Nor.	14.519	0	85	207	14.811		3.339
A 0,5%	Nor.	112.721	478	26.464	39.536	179.199	896	153.338
A 1%	Nor.	169.791	9.655	21.767	116.099	317.312	3.174	291.654
B 1%	Venc.	1.281	43	1.339	301	2.964	30	3.118
C 3%	Nor.	113.567	5.155	8.398	12.415	139.535	4.186	98.523
C 3%	Venc.	5.078	193	728	0	5.999	180	3.338
D 10%	Nor.	5.305	2.098	998	486	8.887	889	12.221
D 10%	Venc.	2.942	200	946	45	4.133	413	1.568
E 30%	Nor.	2.680	763	202	86	3.731	1.119	5.351
E 30%	Venc.	2.940	215	1.517	62	4.734	1.420	2.919
F 50%	Nor.	3.907	402	391	26	4.726	2.363	1.788
F 50%	Venc.	2.442	130	1.231	0	3.803	1.901	836
G 70%	Nor.	92	116	26	0	234	163	4.330
G 70%	Venc.	1.566	66	338	122	2.092	1.464	5.338
H 100%	Nor.	11.936	1.808	788	621	15.153	16.152	14.579
H 100%	Venc.	16.576	741	3.079	357	20.753	20.753	17.160
Total Normal		434.518	20.475	59.119	169.476	683.588	27.942	585.123
Total Vencidos		32.825	1.588	9.178	887	44.478	26.161	34.277
Total Geral		467.343	22.063	68.297	170.363	728.066	54.103	619.400
Provisões		(41.191)	(3.725)	(6.279)	(2.908)	(54.103)		(50.448)
Total Líquido		426.152	18.338	62.018	167.455	673.963		568.952

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	86.752	156.751	163.816	407.319
Títulos Descont.	54.443	5.578	3	60.024
Financiamentos	10.240	21.910	36.147	68.297
Financ. Rurais	30.544	108.395	31.424	170.363
TOTAL	181.979	292.634	231.390	706.003

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empr. / Financ.	Título Desc.	Crédito Rural	31/12 2015	% da Cart.
Sector Privado - Comércio	4.386	133.177	16.766	13.723	168.052	23%
Sector Privado - Indústria	779	34.786	9.486	2.412	47.463	7%
Sector Privado - Serviços	7.615	161.872	24.905	6.874	201.266	28%
Pessoa Física	8.855	134.182	7.473	146.952	297.462	41%
Outros	428	11.599	1.394	402	13.823	2%
TOTAL	22.063	475.616	60.024	170.363	728.066	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	50.448	42.389
Constituições	29.364	19.075
Transferência para prejuízo	(25.709)	(11.016)
TOTAL	54.103	50.448

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12 2015	% Cart. Total	31/12 2014	% Cart. Total
Maior Devedor	12.623	1,73%	11.329	1,83%
10 Maiores Deved.	94.828	13,02%	78.393	12,66%
50 Maiores Deved.	222.174	30,52%	171.197	27,64%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	36.279	29.390
Valor das op. transf. no período	25.709	11.016
Valor das op.recup. no período	(6.126)	(3.753)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	985	164
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(572)	(538)
TOTAL	56.275	36.279

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas da Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2015	31/12/2014
Avais E Fianças Honorados	172	0
Rendas A Receber	3.029	1.795
Serviços Prestados a Receber	385	48
Outras Rendas a Receber (a)	2.644	1.747
Diversos	3.917	3.580
Adiant. e Antecipações salariais	119	134
Adiantamentos para pagamentos de Nossa Conta	20	-
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	1	1
Devedores por Compra de Valores e Bens	60	14
Devedores por Depósitos em Garantia (b)	2.851	2.884
Impostos e Contribuições a Compensar (c)	611	29
Pagamentos a Ressorcir	35	66
Títulos e Créditos a Receber	387	355
Devedores Diversos – País	65	111
(-) Provisões p/ Outros Créditos	-232	-14
TOTAL	7.118	5.375

(a) A maior representatividade desse grupo refere-se a Centralização financeira no montante de R\$2.549

(b) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 459), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 2.352) e outros (R\$ 40).

(c) Montante refere-se a impostos federais a serem compensados.

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Bens Não de Uso Próprio (a)	2.514	869
(Provisões para Desvalorizações)	-88	-11
Despesas Antecipadas (b)	11	21
TOTAL	2.437	879

a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes a prêmios de seguros e outros.

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Participações em cooperativa central de crédito	18.843	16.595
Participações inst financ controlada coop crédito	7.182	4.511
TOTAL	26.025	21.106

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12 2015	31/12 2014	Taxa Deprec.
Imobilizado em Curso	76	962	(*)
Terrenos	2.325	47	
Edificações	1.728		

Notas Explicativas

em 31/12/2015 e de 2014 (em milhares de R\$)

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Gastos em Imóveis de Terceiros	70	2.617
Constituição e Reestr. da Sociedade	0	128
(-) Amortização Acumulada do Diferido	-70	-1.175
TOTAL	0	1.570

12. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Depósito à Vista	130.418	126.373
Depósito Sob Aviso	2.211	2.273
Depósito a Prazo	379.759	266.760
TOTAL	512.388	395.406

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº 4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12 2015	% Cart. Total	31/12 2014	% Cart. Total
Maiores Depositante	26.825	5,23%	9.305	2,36%
10 Maiores Deposit.	82.545	16,08%	50.818	12,90%
50 Maiores Deposit.	151.116	29,44%	105.127	26,69%

Foi instituído no Sicoob Central ES o FGF – Fundo de Garantia e Fomento do Sicoob Espírito Santo, que objetiva fortalecer as cooperativas filiadas ao Sicoob Central ES, disponibilizando recursos para: a cobertura adicional nos termos do FGCoop até o limite de R\$ 100 (cem mil) por CPF/CNPJ; expansão dos negócios pela abertura e modernização de pontos de atendimento e incorporação, fusão ou liquidação judicial ou extrajudicial de cooperativas filiadas.

13. Relações Interfinanceiras e Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

No segundo semestre de 2015 os recursos de repasse contratos com o Bancoob e Sicoob Central ES foram reclassificados de obrigações por empréstimos e repasses para o grupo de relações interfinanceiras, para melhor adequação a natureza dos contratos.

13.1 Relações Interfinanceiras:

Instituições	Taxa	Venc.	31/12/2015		31/12 2014
			Circ. Até 1 ano	Não Circ. Acima de 1 ano	
BANCOOB	Div.	Div.	115.230	25.126	-
Sicoob Central ES	Div.	Div.	19.081	13.957	-
Total			134.311	39.083	-

13.2 Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	Taxa	Venc.	31/12/2015		31/12 2014
			Circ. Até 1 ano	Não Circ. Acima de 1 ano	
Sicoob Central ES	Div.	Div.	9.353	-	146.939
BANCOOB	Div.	Div.	-	-	22.154
Total			9.353	-	169.093

13.3 Resultado das Relações Interfinanceiras / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
BANCOOB	8.314	6.045
Sicoob Central ES	2.713	1.821
Total	11.027	7.866

14. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	4.675	5
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	68	49
Total	4.743	54

(a) Trata-se de cheques emitidos contra ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

15. Outras Obrigações

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Provisão Para Participações Nos Lucros (a)	864	836
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (b)	8.702	5.774
Gratificações E Participações A Pagar (c)	167	122
Cotas De Capital A Pagar (d)	803	696
TOTAL	10.536	7.428

(a) Refere-se a participações nos Resultados a serem pagas aos Empregados.

(b) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(c) Refere-se a bônus de produtividade da Diretoria.

(d) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Impostos E Contribuições Sobre Lucros A Pagar	0	143
Impostos e contribuições a recolher	1.396	2.267
TOTAL	1.396	2.410

15.3 Diversas

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Cheques administrativos	-	2.269
Despesas de Pessoal	1.164	1.064
Outras Despesas Administrativas (a)	996	1.485
Fornecedores	533	71
Credores Diversos – País	767	642
Cheques Descontados (b)	693	676
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento (c)	3.404	2.628
Outras	245	142
Provisão para Garantias Prestadas (d)	1.128	-
Provisão para Passivos Contingentes (e)	3.379	3.356
Total	12.309	12.333

(a) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com alugueis R\$ 35 mil, custódia de valores e bens R\$ 12 mil, comunicações R\$ 86 mil, segurança e vigilância R\$ 4 mil, manutenção e conservação de bens R\$ 14 mil, transporte R\$ 55 mil, seguro R\$ 344 mil, plano de saúde R\$ 9 mil, compensação R\$ 286 mil, seguro a recolher R\$ 3 mil, provisão de despesas com cartões R\$ 124 mil, outras despesas R\$ 24 mil;

(b) Refere-se a cheques depositados relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2015.

(c) Refere-se aos convênios de folhas de pagamento com empresas associadas.

(d) Refere-se a garantias prestadas.

(e) Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2015		31/12/2014	
	Prov. p/ conting.	Dep. judic.	Prov. p/ conting.	Dep. judic.
PIS (a)	459	459	437	437
COFINS (a)	2.352	2.352	2.237	2.237
INSS (b)	-	-	148	148
Trabalhistas (c)	407	5	419	24
Outras (d)	161	35	115	38
Total	3.379	2.851	3.356	2.884

(a) PIS e COFINS – quando do advento da lei nº 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em garantia.

(b) Os valores depositados em juízo, pertinentes ao processo do INSS sobre cédulas de presença, foram convertidos em pagamento definitivo após decisão final do processo.

(c) Refere-se a processo trabalhista em andamento.

(d) Refere-se a processo de reparação de danos.

16. Instrumentos financeiros

O SICOOB LESTE CAPIXABA opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Capital Social	141.742	106.625
Associados	40.266	35.827

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de março de 2015, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, no valor de R\$ 22.156 mil.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2015	2014
Sobra líquida do exercício	48.673	41.207
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(1.545)	(923)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	47.128	40.284
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 40%	(18.851)	(16.114)
Fundo de assistência técnica, educacional e social – 5%	(2.356)	(2.014)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	25.921	22.156

18. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2015	2014
Receita de prestação de serviços	2.725	2.134
Despesas específicas de atos não cooperativos	(453)	(371)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(448)	(351)
Resultado Não Operacional	(279)	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.545	1.412
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	1.545	923

19. Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou pagamento de juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a pagamento obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. O referido pagamento foi demonstrado na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Juros ao Capital	16.358	10.197
IRRF sobre juros ao capital	(551)	(1.522)
Juros ao Capital – Associados Desligados	(150)	(76)
Creditado em Conta Corrente	(2.885)	-
Valor incorporado a conta capital	12.772	8.599

(a) Na mesma data do pagamento do juros ao capital incorporado, parte dele foi devolvido e creditado na conta corrente do associado, no montante de R\$ 2.885 mil.

20. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Recuperação de despesas diversas	112	4.518
Reversão de provisões operacionais	55	141
Rendas de Repasse Delcredere	1.095	773
Dividendos (a)	457	-
Rendas Juros Cartão de Crédito	948	-
Rendas de multa por atraso Cartão de Crédito	411	-
Receitas SIPAG	23	-
Rendas Intercâmbio Cartão de Crédito	392	-
Rendas Intercâmbio Cartão de Débito	140	-
Outras rendas operacionais	-	1.156
Total	3.633	6.588

a) Valor referente a dividendos recebidos do Bancoob no montante de R\$ 457 mil.

21. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Descontos concedidos - operações de crédito	1.493	1.124
Contribuição ao fundo garantidor de depósitos		259
Correspondente bancário	193	165
Bonificação de seguro prestamista	3	8
Passivos Trabalhistas	15	-
Passivos Contingentes	73	69
Cancelamento – Tarifas Pendentes	673	577
Descontos Concedidos – Opera Créd – Crédito Pessoal	16	27
Tarifas Recebimento Convenio Inss	12	-
Fundo de Desenvolvimento	1.297	5.090
Fundo Ressarcimento Perdas Operacionais	36	-
Fundo Ressarcimento Fraudes Externas	65	-
Provisão para Garantias Prestadas	1.128	-
Outros	20	219
Total	5.024	7.538

22. Resultado não operacional

Descrição	2015	2014
Lucro na alienação de valores e bens	14	1
Ganhos de Capital	48	40
Prejuízos na alienação de valores e bens	(116)	(71)
Perdas de capital	(57)	(19)
Outras despesas não operacionais	(18)	(88)
Descontos Concedidos em Operações Renegociadas	(4)	-
Perdas Fraudes Externas	(95)	-
Perdas Práticas Inadequadas	(11)	-
Perdas Falhas de Gerenciamento	(40)	-
Resultado líquido	(279)	(137)

23. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2015:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
13.920	0,53
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
2.515	0,50

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2015:

NATUREZA DA OP. DE CRÉDITO	OPERAÇÕES ATIVAS		
	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CART. TOTAL
Cheque Especial, Conta Garantida e Adiantamento a Depositante.	24	-	0,11
Crédito Rural	2.978	(21)	1,75
Empréstimo	4.691	(66)	0,99

Notas Explicativas

em 31/12/2015 e de 2014 (em milhares de R\$)

Títulos Descontados	83	-	0,14
---------------------	----	---	------

OPERAÇÕES PASSIVAS – SALDO EM 31/12/2015

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em relação à carteira total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	947	0,73	-
Depósitos a Prazo	2.729	0,71	89% a 100% do CDI

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS	TAXA APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA EXECUTIVA
Cheque Especial	6,97% a.m.	6,97% a.m.
Conta Garantida	5,97% a.m.	5,97% a.m.
Desconto de Cheques	1,30% a 4,00% a.m.	1,30% a 4,00% a.m.
Consignado	1,40% a 3,15%	1,40% a 3,15%
Financiamentos	1,40% a 3,80%	1,40% a 3,80%
Empréstimos	1,30% a 4,00% a.m.	1,30% a 4,00% a.m.
	CDI+0,30% a CDI+3,00% a.m.	CDI+0,30% a CDI+3,00% a.m.
Crédito Rural - RPL	1,75% a 2,81% a.m.	1,75% a 2,81% a.m.
Crédito Rural - Repasses	1,00% a.a a 12,00%+TR a.a	1,00% a.a a 12,00%+TR a.a
Aplicação Financeira	89% a 100% do CDI	89% a 100% do CDI

No exercício de 2015, os benefícios monetários e não monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, custeio parcial de plano de saúde, seguro de vida, previdência privada e vale alimentação, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIO MONETÁRIO EXERCÍCIO DE 2015 (R\$ mil)	
Honorários e Cédula de Presença	1.486
Remuneração	17
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	18

24. Cooperativa Central

O COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO LESTE CAPIXABA - SICOOB LESTE CAPIXABA - SICOOB LESTE CAPIXABA, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB LESTE CAPIXABA responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL ES, em 31/12/2015, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 29/01/2016, com opinião sem modificação.

25. Gerenciamento de Risco

25.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

25.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB LESTE CAPIXABA objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB LESTE CAPIXABA aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no site eletrônico www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o SICOOB LESTE CAPIXABA possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

25.3 Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade da contraparte não honrar o compromisso contratado e, também, da degradação da qualidade do crédito.

O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB LESTE CAPIXABA objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB LESTE CAPIXABA aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site eletrônico www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB LESTE CAPIXABA possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

25.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB LESTE CAPIXABA objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face

aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, SICOOB LESTE CAPIXABA aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

(a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;

(b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e

(c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

26. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2015, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 38.603 (trinta e oito milhões, seiscentos e três mil), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

27. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 3444, de 28/02/2007, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentada abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2015	2014
Patrimônio de Referência	246.152	175.667
Margem de Compatibilização	153.435	103.843
Índice da Basileia	34,51%	31,80%
Margem de Imobilização	114.249	81.745

29. Contingências Passivas

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB LESTE CAPIXABA, dos processos judiciais em que figura como polo passivo, foram classificadas como perdas possíveis processos, totalizando R\$ 317 (trezentos e dezessete mil).

LINHARES-ES, 31 de Dezembro de 2015

Alair José Giuriato Diretor Executivo CPF: 931.067.267-68	Michelle Sabaini Calmon Manzoli Diretora Operacional CPF: 009.854.567-10
---	--

Fábia Lorena Rosi Mantovanelli
Contador CRC-ES-013.868/O-8
CPF:007.835.517-62

Relatório de Auditoria

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO LESTE CAPIXABA - SICOOB LESTE CAPIXABA

Linhares - ES

Prezados:

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Leste Capixaba - SICOOB LESTE CAPIXABA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos

de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Leste Capixaba - SICOOB LESTE CAPIXABA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Leste Capixaba - SICOOB LESTE CAPIXABA em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Belo Horizonte, 17 de março de 2016.

CNAC
Confederação Nacional de Auditores Cooperativos

Antonio Alberto Sica
Contador CRC MG 080.030/O-0 "S" ES
CNAI 1845

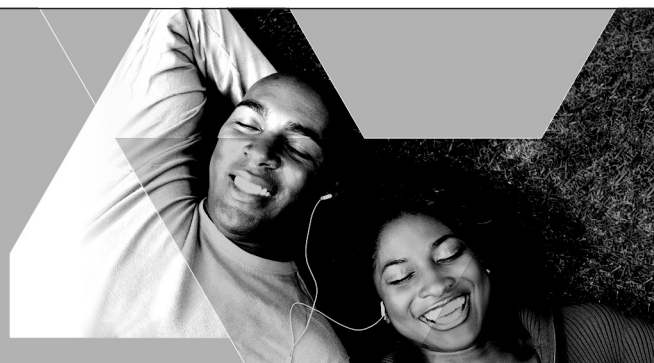
Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Leste Capixaba - Sicoob Leste Capixaba, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores externos - CNAC, datado de 17 de março de 2016, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Linhares/ES, 17 de março de 2016.

Jonas Geraldo Ardison
Coordenador do Conselho Fiscal
Cristina Marie Abiko
Secretário do Conselho Fiscal
Josimar Lino Bandeira
Conselheiro Fiscal - Efetivo

União é:
compartilhar
muito mais
que resultados.



SICOOB
ASSOCIADO A VOCÊ.

www.sicoobes.com.br